

16/05/2018 às 05h00

Lei das agências reguladoras avança, mas texto deverá voltar ao Senado

Por Daniel Rittner | De Brasília

Depois de um ano e meio parado, o projeto de lei geral das agências reguladoras voltou a avançar. Um novo texto está sendo costurado na Câmara dos Deputados. Ele preserva iniciativas já aprovadas pelo Senado em novembro de 2016, como requisitos mais rígidos para a indicação de dirigentes, mas deve mexer em outras questões importantes que não estavam contempladas até agora. Hoje espalhadas por diversos ministérios setoriais, as agências podem migrar para a estrutura de uma única pasta - provavelmente o Planejamento - e ganhar mais autonomia financeira.



Danilo Forte: Ajustes serão feitos até o fim da próxima semana e intenção é aprovar o projeto de lei na virada do mês

Os ajustes finais serão feitos até o fim da próxima semana e a intenção é aprovar o PL 6.621/16 na virada do mês, segundo o deputado Danilo Forte (PSDB-CE), relator do projeto. A votação está prevista para ocorrer em caráter terminativo na comissão especial que analisa o assunto. Haveria necessidade de levá-lo para plenário apenas em caso de um requerimento com a assinatura de pelo menos 51 deputados.

A modernização das regras para o funcionamento das agências reguladoras faz parte da "Agenda 15", conjunto de propostas na área econômica divulgado pelo governo em fevereiro, como contraponto à desistência de votar a reforma da Previdência. Paradoxalmente, as mesmas mudanças que retomam o andamento do projeto tiram sua velocidade de implantação, ao exigir uma nova análise pelo Senado - onde teve origem. "A pressa é inimiga da perfeição. Estamos falando de normas para o longo prazo e não podemos deixar aperfeiçoamentos de lado simplesmente para ganhar tempo", afirma o relator.

Em uma das alterações mais relevantes, Forte está fechando com consultores legislativos a blindagem das agências contra o contingenciamento orçamentário de receitas próprias. É o caso dos recursos do Fundo de Fiscalização das Telecomunicações (Fistel) que deveriam ir para a Anatel, da taxa de fiscalização dos serviços de energia elétrica (TFSEE) aplicada pela Aneel e da fatia de royalties do petróleo que cabe à ANP.

Hoje essas contas geram mais receitas do que as necessidades de custeio das agências. Mesmo assim, o orçamento dos órgãos reguladores costuma sofrer cortes draconianos. A ideia agora é que esses recursos fiquem blindados.

Forte acredita que o projeto é relativamente consensual entre governistas e opositores. "Para o governo, interessa porque permite acelerar concessões e privatizações com mais segurança jurídica. Para a oposição, ajuda a garantir mais eficiência nos serviços prestados aos consumidores e ao diminuir os riscos de politização da agência", completa.

Com forte apoio da Casa Civil, o PL 6.621/16 reproduz os critérios da Lei de Responsabilidade das Estatais para a indicação de dirigentes, como dez anos de experiência no setor e veto a pessoas com cargos em organização sindical ou na estrutura de comando de partidos políticos. Uma comissão a ser criada na Presidência da República definirá listas tríplexes para cada vaga de diretoria aberta

Compartilhar

Lei das agências reguladoras avança, mas texto deverá voltar ao Senado...



Brasil

Últimas Lidas Comentadas Compartilhadas

Ver todas as notícias



Videos



Ritmo fraco e piora externa complicam cenário de 2018
16/05/2018



nas agências.

Para a economista Joisa Dutra, diretora do Centro de Regulação em Infraestrutura da FGV-RJ, o projeto traz avanços, como a obrigatoriedade de análise de impacto regulatório para balizar decisões relevantes e a padronização das leis sobre cada agência, que atualmente têm competências difusas. "Mas o grande desafio vai ser na prática. Não tem bala de prata para melhorar a qualidade das agências, tudo depende de como será a implementação".

A retomada na tramitação do projeto também reativou demandas de atores diretamente interessados. O presidente da Associação Brasileira das Agências de Regulação (Abar), Fernando Franco, vocaliza sugestões. Uma delas é mudar o veto imposto à recondução de diretores, que passariam a ter mandato único de quatro anos. "Hoje, no Brasil, não existem profissionais suficientes na área de regulação. Isso seria impedir o exercício da função quando um regulador está em plena maturidade", observa.

Franco também sugere incorporar proteção jurídica aos dirigentes das agências, que correm o risco de responder com o próprio CPF por decisões técnicas, quando um agente se sente afetado e vai aos tribunais. Ele ainda pede mais clareza na delimitação de fronteiras entre as agências e os órgãos de controle, que têm entrado cada vez mais em temas regulatórios.

Outro ponto mencionado pelo presidente da Abar é a proibição, no projeto, de convênios entre agências reguladoras federais e suas congêneres nos Estados. Há possibilidade, segundo Franco, de prejuízo a ações de fiscalização em parceria entre as duas instâncias. "É possível melhorar o projeto."

Compartilhar 0 Tweet Share G+ Assine o Valor

Rodrigo Duarte, você leu 1 de 5 notícias exclusivas disponíveis. Se quiser ter acesso a todas as notícias, conheça nossos planos e [assine o Valor](#)

Indicadores Brasil

Varição em %

Indicador	mai	abr	mar	12 m*
IPCA		0,22	0,09	2,76
IGP-M		0,57	0,64	1,89
IGP-10	1,11	0,56	0,45	3,58
Prod. Industrial**			-0,1	2,9
IBC-BR**			-0,74	1,57

[Veja as tabelas completas no ValorData](#)

Fontes: IBGE, FGV e BC. Elaboração Valor Data. * Acumulado até o último mês indicado ** Dessazonalizado

por apenas: R\$2.649,99

por apenas: R\$2.799,99

Edição Impressa

17-05-2018



Acesse o índice do jornal impresso e selecione as editoriais e matérias que quer ler. Conteúdo exclusivo para assinantes.

NOTEBOOK ACER AS15-51G-72DB Intel Core I7 8GB

compre agora!

por apenas: R\$2.799,99

Revistas

Ceará